

# Guerra na Ossétia do Sul: a Geórgia como foco de conflito entre a Rússia e o Ocidente

## *War in South Ossetia: Georgia as the focus of conflict between Russia and the Occident*

RODRIGO WIESE RANDIG

Meridiano 47 n. 97, ago. 2008 [p. 15 a 20]

Apesar de sua brevidade, a recente guerra no Cáucaso tem sido considerada um ponto de inflexão nas relações internacionais contemporâneas, marcando a volta definitiva da Rússia ao centro do cenário político internacional como um desafio à unipolaridade supostamente em vigência desde o fim daquela que alguns analistas mais pessimistas já começam a chamar de “primeira Guerra Fria”.

O conflito opôs a Federação Russa e a República da Geórgia e teve como foco a região conhecida como Ossétia do Sul, tendo provocado também um efeito de repercussão (“spillover”) na Abecásia. Tanto a Abecásia quanto a Ossétia do Sul governam-se como Estados independentes e buscam há anos obter o reconhecimento de sua soberania pelo governo georgiano e pela comunidade internacional, que as consideram parte da República da Geórgia. Por essa razão, desde o fim da União Soviética a situação nas duas regiões é de instabilidade e iminência de conflito. Ainda assim, a deflagração de uma verdadeira guerra, opondo diretamente os governos de dois estados internacionalmente reconhecidos, surpreendeu a comunidade internacional no dia em que suas atenções estavam voltadas para a abertura dos jogos olímpicos – fato irônico, considerando-se que nos primórdios dos jogos, na Grécia Antiga, seu início impunha uma trégua às guerras em curso.

O conflito levou ainda a comunidade internacional, sobretudo o chamado “Ocidente” (especialmente os Estados Unidos e a Europa Ocidental) a

reavaliar profundamente suas relações com o maior país do globo.

Para se compreender como a Ossétia do Sul, uma minúscula área no Cáucaso, acabou por tornar-se um marco nas relações entre a Rússia e o Ocidente, deve-se primeiramente entender a turbulenta história da região.

O território atual da Geórgia e suas áreas fronteiriças com a Rússia são marcados pela presença de quatro principais grupos étnicos, cada qual com sua própria cultura, ascendência histórica, língua e presença milenar na região: russos, georgianos, abecásios e ossetas.

Toda a região pertencia ao extenso Império Russo até seu desfalecimento, como consequência da Revolução Russa de 1917. No ano seguinte, os georgianos declararam sua independência: o território da proclamada “República Democrática da Geórgia” abrangia, além dos territórios de maioria georgiana, a região da Abecásia e a metade da região da Ossétia localizada ao sul das montanhas do Cáucaso – a outra metade, a “Ossétia do Norte”, manteve-se e mantém-se até hoje como parte da Rússia.

Apesar de não ter durado sequer três anos, a primeira república georgiana presenciou repressão contra abecásios e sul ossetas, acusados pela maioria georgiana de conspirarem em favor do governo soviético – que, em 1921, de fato invadiu e anexou a Geórgia. Dentro da União Soviética, garantiu-se

\* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (rodrigorandig@gmail.com).

constitucionalmente autonomia tanto à Abecásia quanto à Ossétia do Sul.

Quando sete décadas mais tarde ocorreu o colapso da União Soviética e a Geórgia declarou sua independência, também os abecásios e sul ossetas reivindicaram soberania sobre suas regiões. A recusa do governo central da Geórgia a reconhecer as independências levou à deflagração de intensos conflitos em ambas as regiões, com os governos autoproclamados a solicitarem apoio de Moscou.

A intermediação russa congelou a situação: tropas de paz foram enviadas às duas regiões e lá se encontram até hoje; apesar de possuírem governos e instituições próprias, a Ossétia do Sul e a Abecásia jamais lograram ser reconhecidas como Estados independentes pela comunidade internacional.

A situação nas repúblicas separatistas acirrou-se após a eleição de Mikhail Saakashvili, em 2004. O jovem e carismático presidente chegou ao poder decidido a guiar sua política segundo dois princípios norteadores: reconstituir a integridade territorial da Geórgia, retomando o controle das regiões separatistas, e ao mesmo tempo aproximar-se, ideológica e economicamente, dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Ambos os princípios opunham-se vigorosamente aos interesses de Moscou, que via – e vê – a ex-república soviética como parte importante de sua “esfera de influência”.

Os direcionamentos pró-ocidentais adotados pelo novo presidente trouxeram frutos à Geórgia: a economia do país cresceu significativamente e o expressivo apoio à invasão do Iraque foi retribuído sob a forma de cooperação militar com os EUA com o aparelhamento tecnológico e estratégico de suas forças armadas.

Tais desdobramentos, porém, não seriam recebidos com apatia pela Rússia de Putin. Desde a eleição de Saakashvili, o preço de exportação de gás russo para o país foi inúmeras vezes elevado arbitrariamente, enquanto as importações de quase todos os produtos georgianos foram banidas por Moscou. Nas regiões separatistas da Geórgia, a Rússia manteve e intensificou sua presença e influência: recusou-se a retirar suas tropas da região e aceitar sua substituição por contingentes internacionais e

estendeu cidadania russa a milhares de abecásios e sul ossetas por meio da emissão de passaportes.

Desse modo, antes mesmo do ataque comandado por Saakashvili contra a Ossétia do Sul, a Geórgia já era um entre os vários campos de batalha virtual onde atualmente colidem interesses e influência russos e ocidentais.

A história das relações entre russos e o Ocidente passou por fases muito distintas. Durante a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética lutou ao lado das potências ocidentais contra inimigos comuns. A Organização das Nações Unidas, criada em seguida, dava a Moscou o mesmo status que às três principais potências ocidentais, Estados Unidos, França e Reino Unido, como membros permanentes do Conselho de Segurança, criado para garantir a manutenção da paz e a segurança internacional.

Não tardaria, porém, que as diferenças tão intrínsecas de dois modelos – o democrático, defendido pelos EUA e potências ocidentais, e o comunista e o ditatorial soviético – levassem a um conflito de interesses e à percepção de que, com ambos os lados possuindo poder de veto sobre as determinações do Conselho, este poderia ver-se paralisado diante de inúmeras questões sem consenso.

É nesse contexto que se fundou a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, composta por Estados Unidos, Canadá e as principais potências da Europa Ocidental – que – numa clara afronta ao expansionismo soviético – se comprometia a preservar a estabilidade democrática no Atlântico Norte.

As décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial viram o cenário político internacional transformado em um palco de constante conflito entre os interesses estratégicos dos membros da OTAN e as repúblicas soviéticas. O colapso da União Soviética, porém, parecia ter posto fim à bipolaridade que marcava o cenário político internacional.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, reivindicados por uma organização internacional terrorista, iniciaram uma nova fase na política de segurança da OTAN e de seus membros que a partir de então passaram a ver como principais “inimigos” entes não-estatais que desafiam a ordem internacional por meio de práticas terroristas

bem como os chamados “*rogue states*” – Estados que permitem o funcionamento desse tipo de organizações dentro de seu território.

Para muitos analistas, uma aproximação do Ocidente com a Rússia naquele contexto era natural e esperada, uma vez que, além de sepultada a divergência de ideologias políticas, havia agora um “inimigo comum” que os poderia unir, pois o combate ao terrorismo que o Ocidente proclamava tornar seu novo foco remetia às políticas já intensamente desenvolvidas pela Rússia dentro de suas fronteiras.

Aqueles, portanto, que viam com otimismo o início do novo milênio como a inauguração de um concerto nunca antes visto entre os interesses de todos os principais membros da comunidade internacional encararam a recente guerra na Ossétia do Sul como o sepultamento desse cenário otimista que se havia começado a desenhar.

A verdade, no entanto, é que o recente conflito não foi um fato isolado, um ponto de inflexão nos rumos das relações internacionais – assim como tampouco é correta a idéia de que o objetivo comum de se combater o terrorismo internacional houvesse levado a uma coordenação de interesses genuína e sem rugas entre a Rússia e o Ocidente.

Repercussões significativas da guerra no Cáucaso de fato se farão sentir por muitos anos. Mais do que um redirecionamento dos rumos que seguia a conjuntura internacional, no entanto, o conflito foi apenas o reforçamento de uma tendência já existente. Em outras palavras, a situação na Ossétia do Sul não representou um fato isolado mas o agravamento de um longo processo que continuou a opor a Rússia ao Ocidente mesmo após o fim da Guerra Fria.

Com o fim do regime socialista soviético, cessou também toda razão de ser da “guerra de ideologias” que marcara o mundo por quase meio século. Adaptada ao capitalismo, a nova Federação Russa teve, em um primeiro momento, que lidar com problemas herdados de seu passado soviético: uma economia estagnada e o estigma de ex-potência derrotada e esfacelada. Por outro lado, outra gama de heranças soviéticas, como o poder de veto no Conselho de Segurança e um vasto poderio militar, possibilitou que a Rússia se mantivesse, inercialmente,

na cúpula dos tomadores de decisão da comunidade internacional.

A era Putin, iniciada no final de 1999, tem sido marcada pelo intenso refortalecimento da Rússia, em diversos sentidos. Quando presidente, o atual primeiro-ministro conseguiu solidificar as bases que permitiram um processo gradual de reconstrução da economia russa e de refortalecimento das capacidades do Estado, solidificando o “poder russo” em âmbito interno – por meio da fomentação do nacionalismo e do orgulho nacional, tendo inclusive restituído o hino nacional soviético – e também externamente.

O significativo processo de ascensão da Rússia, contudo, não foi acompanhado de uma mudança no tratamento dispensado ao país pelas potências ocidentais. Apesar dos protestos de Moscou, seguem em curso negociações comandadas pelos Estados Unidos para a instalação de um sistema de segurança coletiva, que inclui escudos antimísseis e radares, em países do leste europeu.

À polêmica do sistema de segurança coletiva soma-se ainda a expansão da OTAN “rumo ao leste”. Desde o fim da Guerra Fria, a aliança ocidental passou a incorporar países do leste europeu – partes da tradicional esfera de influência de Moscou. Atualmente, também a Ucrânia e a Geórgia estão em processo de entrada nela, a qual vincula seus Estados associados a reconhecer um ataque externo contra qualquer membro como um ataque contra todos os demais – uma variável que teria certamente alterado toda a dinâmica do recente conflito, caso a entrada da Geórgia tivesse sido previamente oficializada.

Também neste ano, outro desgaste significativo nas relações russo-ocidentais foi o reconhecimento, por parte dos EUA e de grande parte da União Européia da soberania de Kôsovo, região separatista pertencente à Sérvia.

Além da Sérvia ser historicamente uma aliada da Rússia, o reconhecimento desagradou profundamente o Kremlin por ser uma violação histórica do princípio da integridade territorial nacional – um dos pilares do direito internacional contemporâneo, preciosíssimo à Rússia que possui movimentos separatistas internos e sempre se opôs a todo ato entendido como violação da soberania de um Estado internacionalmente

reconhecido – o que, por coerência, a impede de reconhecer formalmente a independência das aliadas Abecásia e Ossétia do Sul.

Quando se deu, porém, o reconhecimento do Kosovo pelos Estados Unidos e por parte da União Europeia, Putin manifestou seu descontentamento informando que consideraria estabelecer laços jurídicos formais com as duas regiões separatistas da Geórgia – o que certamente pesou na decisão precipitada de Saakashvili de violar os acordos de cessar-fogo e ordenar o ataque inicial contra a Ossétia do Sul.

A decisão do georgiano possivelmente se baseou em sua crença em que, com a internacionalização do conflito, as potências ocidentais se veriam obrigadas a adquirir uma postura enérgica contra a Rússia. As respostas do Ocidente, porém, não foram além de pura retórica e condenações vazias.

Derrotado e humilhado pelo contra-ataque russo, o presidente georgiano culpou publicamente as potências ocidentais por não terem até então aprovado a entrada do país na OTAN. O mais provável, porém, é que os acontecimentos recentes de fato prejudiquem o processo de incorporação da Geórgia à organização, pois, como evidenciado pelo desfecho e pelas repercussões do conflito na Ossétia do Sul, a Europa não deseja – e fará o possível para evitar – um desgaste em suas relações com a Rússia.

Essa dissonância das potências europeias em relação à posição dos Estados Unidos, que advoga pela imediata adesão da Geórgia à OTAN e por uma resposta mais dura à Rússia, explica-se por uma série de razões. Além de sua maior proximidade geográfica e suscetibilidade no tocante à Rússia, em caso de uma hipotética e improvável confrontação bélica, a Europa Ocidental depende fortemente do gás e do petróleo russos como fontes de energia. Fazem-se, portanto, completamente compreensíveis as condenações tímidas e cautelosas de potências como Alemanha e Itália, preocupadas com suas próprias “seguranças energéticas”.

Dos discursos condenatórios feitos pelo Ocidente após o conflito, o mais forte foi a ameaça de dissolução do “G-8”. A intimidação, porém, foi

em si vazia, pois a economia de muitos dos “sete grandes” depende da do oitavo membro. Ainda mais pragmática, a resposta russa foi a de que a expulsão significaria pouco, uma vez que, a seu ver, suas opiniões e interesses já são sistematicamente desconsiderados pelos demais membros.

Essa declaração vai ao encontro de diversas outras proferidas por Putin e outros representantes do governo russo em resposta às críticas diferidas pelo Ocidente. A análise de discurso revela, nesses casos, um descontentamento com relação ao tratamento dispensado à Rússia pelas potências ocidentais: ora como um “Estado pária”, um constante inimigo no qual não se pode fiar – o que, para os russos, dever-se-ia a uma negação estadunidense de reconhecer o fim da Guerra Fria; ora como uma “potência de segunda classe”, cujos interesses não precisariam necessariamente ser levados em conta no gerenciamento da esfera internacional.

Com relação à primeira postura, a história das relações internacionais dos Estados Unidos prova que seus rótulos de “inimigo” e “aliado” não são fixos. Não procede a acusação russa de que seriam mágoas passadas – um ressentimento não superado após o fim da Guerra Fria – o que faria com que os EUA ainda nutrissem alguma desconfiança com Moscou. A verdade é que a Rússia de Putin responde, sim, por interesses e feitos que vão de encontro a ideais ocidentais.

O fortalecimento recente do poder do Kremlin, interna e externamente, deu-se com o uso de meios certamente condenáveis pelos EUA e demais nações “amantes da democracia”: internamente, a concentração de poder em mãos de um indivíduo não veio desacompanhada de diversas acusações internas de intimidação e inclusive eliminação física de opositores. No campo externo, por sua vez, a Rússia tem garantido a manutenção de seus interesses em sua esfera de influência com práticas censuráveis, que incluem invasão do espaço aéreo georgiano e elevações abruptas no preço de exportação do gás tanto para a Geórgia quanto para a Ucrânia, supostamente como forma de desestabilizar os novos governos pró-ocidentais.

Por outro lado, uma tentativa de se classificar

taxativamente a Rússia como um violador sistemático das regras do direito internacional não procede. É preciso admitir o fato de que o país tem sabido jogar “dentro das regras” impostas pela comunidade internacional.

Apesar das imperfeições do modelo democrático do país, por exemplo, Putin não tentou alterar a constituição de modo que lhe permitisse um terceiro mandato, tendo encontrado um meio alternativo e legítimo de manter sua influência na política nacional.

No caso da guerra na Ossétia do Sul, por sua vez, a Rússia pôde eximir-se da culpa por sua deflagração. Embora viesse o Kremlin há tempos, e cada vez mais intensamente, provocando Saakashvili por meio de invasões de espaço aéreo e inação frente à violência de ossetas e abecásios contra georgianos, o fato é que o georgiano caiu na armadilha russa – e ao romper os acordos de cessar-fogo, atacando violentamente a Ossétia do Sul ao custo de vidas civis e militares, ossetas e russas, deu à Rússia a justificativa de que o país necessitava para poder intervir e contra-atacar.

Nem mesmo o reconhecimento por Moscou, dias após o conflito, da independência da Abecásia e da Ossétia do Sul, poderia ser coerentemente condenado como uma afronta ao direito internacional contemporâneo, em virtude do prévio reconhecimento do Kôsovo pelos EUA e por diversos países da Europa Ocidental. Apesar do auxílio econômico que garantia às repúblicas separatistas da Geórgia, a Rússia não se atrevera a reconhecê-las formalmente, tendo-o feito apenas meses após o “pecado inicial” do Ocidente.

Os pontos acima ilustram o quão difícil seria justificar a acusação de que “a Rússia é um Estado pária”, uma das duas visões que parecem moldar o tratamento ocidental em relação aos russos. Igualmente árduo seria sustentar a segunda visão – aquela segundo a qual “a Rússia é uma potência de segunda classe”, cujos interesses, portanto, podem ser relevados.

É inegável a manutenção do status da Rússia como grande potência mundial, em termos de território, população, zona de influência e poderio

militar. Sua economia em crescimento – acelerada ainda mais pela alta dos preços do gás e do petróleo – ainda faz com que dela dependam a maioria das nações européias.

Negadas essas duas visões, faz-se, portanto, imperativo que o Ocidente aceite a participação da Rússia e seu peso, merecido e legítimo, nas relações internacionais.

Se falhar em fazê-lo, os Estados Unidos e as potências européias poderão ver, sim, o nascimento de novas tensões com o Kremlin – que, apesar de não mais providos de ideologias políticas, certamente remeteriam aos tempos da Guerra Fria.

Além da Geórgia, há inúmeros outros pontos onde conflitos de interesses entre russos e ocidentais podem escalar para conflitos reais: a Ucrânia, para citar um exemplo, possui uma península, a Criméia, habitada por uma maioria russa. A região é considerada um ponto estratégico por Moscou, que continua a possuir direitos sobre portos e bases militares na península – o que desagrade o atual governo ucraniano, pró-ocidental, o qual, como Saakashvili, vem pressionando a OTAN para aceitar a adesão de seu país ao organismo.

A alternativa para evitar que tensões como essa aumentem – Criméia e outras regiões poderiam tornar-se novas Ossétias – é que o Ocidente consiga criar laços de confiança efetivos com a Rússia. Ambos os lados precisam trabalhar juntos para remediar pontos controversos e focos de instabilidade que podem vir a abalar todo o sistema internacional.

Um entendimento mútuo precisa ocorrer em relação, por exemplo, à questão da ilegalidade do reconhecimento de independências unilaterais tanto do Kôsovo quanto da Ossétia do Sul e da Abecásia. A integridade territorial dos Estados é um dos pilares em que se sustenta o direito internacional vigente e sua violação arbitrária pelos principais atores internacionais pode servir como fomentador de movimentos separatistas que existem em todos os continentes e, caso reconhecidos, alterariam completamente os mapas contemporâneos.

Alimentar animosidades com uma nação com os atributos da Rússia e continuar a isolá-la, o que poderia enfim levá-la a comportar-se verdadeiramente

como um “Estado pária”, seria um comportamento irracional por parte das potências interessadas na manutenção da ordem internacional.

Uma verdadeira concertação com Moscou, por outro lado, seria benéfica às grandes potências ocidentais e aos seus projetos de manutenção da paz e da ordem, à medida que Rússia e o Ocidente poderiam juntos promover e implementar acordos legítimos, não apenas em relação à preservação do direito internacional, mas também em questões ambientais globais, de estabilização de áreas de conflito endêmico e de segurança coletiva – com políticas de combate ao terrorismo.

Recebido em 25/08/2008

Aprovado em 31/08/2008

**Palavras-chaves:** Estados Unidos, Rússia, Cáucaso

**Key words:** United States, Russia, Caucasus

**Resumo:** o artigo trata da política externa russa, tendo por motivo o ataque da Geórgia à Ossétia do Sul. Recuperada a auto-estima, a Rússia sente-se mais confiante para exigir o reconhecimento de grande potência.

**Abstract:** The article deals with Russian foreign policy on the occasion of Georgia’s attack against South Ossetia. Russia after recovering its self-esteem feels more confident to demand recognition as a major power.

